

Parlamentares para a Ação Mundial
3ª Assembleia Consultiva dos Parlamentares para os Oceanos (ACP-Oceanos)
44º Fórum Anual da PGA | Organizado pela Assembleia Nacional das Seychelles
Nota informativa: O Tratado do Alto Mar

O que é o alto mar?

O alto mar, também designado por águas internacionais, começa a 200 milhas náuticas das linhas costeiras e pertence a todos os povos como património comum da humanidade. Estas áreas não estão incluídas nas zonas económicas exclusivas, no mar territorial, nas águas interiores ou nas águas arquipelágicas de um Estado. Cobrindo 43% da superfície da Terra, com uma rica biodiversidade que sustenta a vida, o alto mar, que pertence a todos os povos, é uma zona fora da jurisdição nacional (ABNJ) e, por conseguinte, carece de gestão ou proteção específicas. Menos de 1 por cento do alto mar está total ou altamente protegido.

As actividades humanas e os factores de stress existentes, amplificados pela crise climática - desde o transporte marítimo à poluição, passando pela sobrepesca e pelo potencial da exploração mineira em fundos marinhos profundos -, agravados pela falta de supervisão e de uma governação abrangente, [degradaram gravemente](#) os ecossistemas únicos e as espécies do alto mar. A biodiversidade marinha nas zonas fora da jurisdição nacional (BBNJ) desenvolveu-se de forma única para fornecer recursos e serviços necessários à sobrevivência humana.

A necessidade urgente de proteger o alto mar é, de facto, a necessidade de proteger o direito humano de todas as pessoas a um ambiente seguro, saudável e sustentável, entre outros direitos humanos associados.

- [Dois terços](#) das unidades populacionais de peixes no alto mar estão a ser pescadas para além dos limites sustentáveis, fomentando diretamente a insegurança alimentar e a migração humana, com potencial para alimentar guerras, o crime, o comércio de armas e o recrutamento de terroristas sem que haja qualquer tipo de reponsabilidade no alto mar não regulamentado.¹
- Os recursos genéticos marinhos fornecem medicamentos aos sectores médico e farmacêutico, fornecendo ingredientes que ajudam a combater o cancro, a artrite, a doença de Alzheimer e as doenças cardíacas.
- Os oceanos armazenam 50 vezes mais dióxido de carbono do que a nossa atmosfera, sendo simultaneamente afectados de forma desproporcionada pelo aumento do dióxido de carbono. Do mesmo modo, mais de 50% do oxigénio mundial é produzido pelo fitoplâncton, algas e plâncton de algas dos oceanos.

¹ Leitura adicional disponível no [Manual de Ferramentas Parlamentares sobre como lidar com os Abusos dos Direitos Humanos na Indústria Pesqueira da PGA](#)

- Os oceanos cobrem 70% da superfície da Terra e regulam o nosso clima e os padrões meteorológicos, transportando o calor do equador para os pólos. O alto mar constitui quase dois terços dos oceanos do mundo e representa 95% do habitat total da Terra em volume.
- Os oceanos fornecem alimentos e rendimentos a milhares de milhões de pessoas, enquanto a pesca marinha emprega direta ou indiretamente mais de 200 milhões de pessoas, estando em jogo custos económicos e sociais de grande amplitude se o nosso alto mar não for protegido.

O que é o Tratado do Alto Mar?

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), adoptada em 1982, estabelece um quadro jurídico internacional para os oceanos, criando obrigações para os Estados no sentido de proteger e preservar o ambiente marinho e de conservar os recursos marinhos. No entanto, a CNUDM também continha lacunas no que respeita aos mecanismos e processos específicos de conservação da biodiversidade no alto mar. Após quase duas décadas de negociações, o cenário mudou.

O [*acordo de aplicação no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar relativo à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica marinha das zonas situadas para além da jurisdição nacional*](#) (Tratado BBNJ; comumente designado por Tratado do Alto Mar) é o primeiro quadro legal internacional coeso e juridicamente vinculativo para proteger especificamente a biodiversidade do alto mar, proporcionando um quadro jurídico para garantir a conservação e a utilização sustentável dos recursos genéticos marinhos e o acesso aos mesmos.

O Tratado foi formalmente adotado em 19 de junho de 2023 e aberto à assinatura em 20 de setembro de 2023, tendo 75 Estados assinado nos primeiros dois dias. Atualmente, o histórico Tratado já foi assinado por 83 Estados,² o que é um enorme impulso para a proteção deste bem comum global.

O Tratado do Alto Mar reforça a [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#) e o compromisso do [Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal](#) de proteger e conservar pelo menos 30 por cento das áreas terrestres e oceânicas do nosso planeta até 2030. [Estabelecerá](#) o quadro para a criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) no alto mar, proporcionará um maior acesso à informação e à participação nas decisões relacionadas com o alto mar, assegurará uma partilha justa e equitativa dos benefícios derivados dos recursos genéticos marinhos no alto mar, estabelecerá um mecanismo de financiamento para apoiar o reforço das capacidades e a transferência de tecnologia marinha para ajudar na aplicação do Tratado e orientará os decisores sobre a forma de avaliar os impactos ambientais das actividades humanas nestas áreas.³

O Tratado do Alto Mar entrará em vigor 120 dias após a sua ratificação por 60 Estados. Reconhecendo a necessidade urgente deste Tratado histórico, é necessária uma abordagem multilateral para atingir o objetivo da sua entrada em vigor até à Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos de junho de 2025, co-organizada pela França e pela Costa Rica, com os deputados a desempenharem um papel

² A partir de 7 de novembro de 2023

³ Ler mais: [Ficha de informação da High Seas Alliance sobre o Tratado do Alto Mar: Um marco importante para o oceano e a biodiversidade global](#)

fundamental na proteção dos nossos oceanos, a fim de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas das gerações presentes e futuras, criando resiliência face à crise climática, preservando a biodiversidade essencial no mar e apoiando o ar que respiramos.

[Clique aqui para saber o estado da assinatura e/ou ratificação do Tratado do Alto Mar pelo seu país.](#)

O papel dos deputados

Desde 2019, no âmbito da Campanha dos Oceanos da PGA, os parlamentares comprometeram-se a trabalhar para o [desenvolvimento de um](#) tratado para proteger o alto mar, reforçando o seu compromisso no [Plano de Ação da Praia de 2019](#) e, dois anos depois, no [Plano de Ação de Belmopan de 2021](#).

Com o Tratado agora adotado, a PGA tem a honra de se juntar como membro da High Seas Alliance, lançando a *Campanha da PGA para a Universalidade e Implementação do Tratado do Alto Mar* em parceria com a High Seas Alliance e a Pew Charitable Trusts.

Iniciativas que os deputados podem tomar:

- Fazer uma pergunta parlamentar escrita ou verbal ao seu governo sobre o calendário para a ratificação do Tratado do Alto Mar, reconhecendo o objetivo da entrada em vigor do Tratado até à Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos de junho de 2025.
- Incluir o Tratado do Alto Mar como um ponto transversal da ordem de trabalhos nas reuniões das comissões parlamentares, nas reuniões dos grupos nacionais da PGA e noutros debates relevantes entre parlamentares.
- Assegurar que os Estados signatários do Tratado continuam a tomar decisões e a fazer declarações em conformidade com a sua *"obrigação de não derrotar o objeto e a finalidade de um tratado antes da sua entrada em vigor"*.⁴
- Avaliar o quadro legislativo nacional existente para garantir uma aplicação eficaz do Tratado após a ratificação.
- Publicar artigos de opinião e colaborar com os meios de comunicação social e a sociedade civil para aumentar a sensibilização para a necessidade de uma aplicação efectiva do Tratado do Alto Mar.

Esta nota de referência será formalizada após a Terceira ACP-Oceanos como o Guia para Deputados sobre o Tratado de Alto Mar: Um acordo histórico para a proteção do oceano.

⁴ Artigo 18º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados